

Observe-se o Fenômeno: Forma e Realidade na Semiótica de Peirce

Observe the Phenomenon: Form and Reality in Peirce's Semiotics

Lauro Frederico Barbosa da Silveira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP-Marília
Centro Universitário “Eurípides” de Marília
lfbsilv@terra.com.br

Resumo: Em face do admirável da realidade, somos levados a procurá-la e, para tanto, representá-la. Abalados pelo objeto, em nossas antigas convicções, procuramos representá-lo num diagrama e, neste, experimentar caminhos possíveis para alcançá-lo. A verdade lógica independe de nós, mas para que nos movamos em direção ao objeto nos é exigido que criemos na verdade construída diagramaticamente. Ciência, Ética e Estética se unem para que o conhecimento do real tenha lugar e para que a vida do espírito, evoluindo, seja dotada de sentido.

Palavras-chave: Realidade. Objeto. Ciência. Admirabilidade. Crença

Abstract: *Faced with what is admirable in reality we are drawn into seeking it and, in doing so, represent it. Shaken by the object, in our early convictions, we attempt to represent it in a diagram where we experiment possible paths to reach it. Logical truth exists independent of us, but in order that we move towards the object, we are required to believe in the truth diagrammatically created. Science, Ethics and Aesthetics unite so that the knowledge of the real occurs, and so that the life of the evolving spirit be endowed with meaning.*

Keywords: *Reality. Object. Science. Admirableness. Belief*

O conhecimento não se identifica com os resultados dele decorrentes, mas com uma admiração diante da realidade. Se o nosso meio circundante e, mesmo nós, fôssemos indiferenciáveis em nossas manifestações e, portanto, se tudo fosse absolutamente banal, nada despertaria em nós curiosidade e desejo de conhecer.

Uma vez que é o objeto que desperta em nós o desejo de conhecer, o primeiro passo exigido de quem pretende investigar uma determinada classe de fenômenos é observá-la em seus exemplares com o maior cuidado, evitando, ao máximo, a interferência de pré-julgamentos.

A objetividade suposta de um conhecimento científico decorre de tal cuidado. Nossos preconceitos assim como o acúmulo das experiências passadas impede-nos de nos abrir ao objeto e percebê-lo em seu caráter admirável e digno de nossa volição. Só conheceremos com objetividade um fenômeno se formos capazes de não nos deixar conduzir pelo arbítrio de pré-julgamentos, devido a hábitos passados não devidamente criticados (cf. CP 5.421), que sobre ele possamos fazer, e de permitir que o próprio

objeto em sua aparência nos seduza, convidando-nos a representá-lo segundo uma forma que, provavelmente, melhor lhe caiba.

O caráter admirável da realidade que povoa nosso universo é que, em primeiro lugar, motiva-nos a investigá-la. O admirável move-nos para ele, e faz com que nós o queiramos como a um bem que, de algum modo, nos completa. Conhecemos porque amamos, e amamos o que a nós se apresenta como satisfatório aos nossos desejos e como realização de nossas aspirações. Esse comprometimento da vontade não impede, contudo, que a atração exercida pelo objeto assuma sinal negativo, o amor seja substituído pelo ódio e o conhecimento seja motivado pelo desejo de evitar ou combater o que se nos apresenta como objeto¹.

Nenhum artifício é capaz de nos mover e levar a empreender a árdua e arriscada tarefa de investigarmos qual a natureza do objeto e quais os meios para melhor o alcançarmos. É principalmente a experiência que, ao longo da vida, motiva-nos a pensar, confessa Peirce a Lady Victoria Welby, amiga e correspondente assídua que o leva, com frequência, a explicitar, em cartas, aspectos importantíssimos de seu pensamento (cf. CP 8.330). Nossas dúvidas somente serão profícuas, se decorrerem da resistência oferecida pelos objetos aos hábitos por nós adquiridos e, portanto, às crenças que determinam nossa conduta.

Toda tentativa de procurar um estado ideal em que tivesse início todo e qualquer conhecimento, seja mediante dúvidas radicais que pretendessem despir a mente de qualquer crença anteriormente estabelecida, seja por meio de impressões sensíveis tão simples que pudessem se constituir em primeiros elementos para as representações subsequêntes, parece a Peirce recurso ilusório. Somente começamos efetivamente a questionar a realidade com base e no bojo de muitas crenças, das quais, no mais das vezes, não temos consciência, mas que, elas sim, movem nossa conduta (cf. CP 5.416).

Julga Peirce que a expressão mística de uma revelação estaria menos distante do conhecimento científico do que a busca de um estado primordial que lhe desse início (cf. CP 1.143; 4.28). A docilidade à revelação sustentada na fé traz exigências que muito se aproximam daquela que a observação desarmada dos fenômenos exige do investigador. A diferença radical que entre ambas se estabelece estaria no caráter público da ciência, capaz de ser ensinada em seu procedimento e de ser testada em seus resultados, e no caráter irredutivelmente privado e único do conhecimento derivado de uma comunicação sobrenatural.

Na ciência, assim como em todo conhecimento, duvidamos exatamente por ver nossas convicções de algum modo abaladas e, assaltados pela dúvida, procuramos encontrar uma representação suficientemente adequada do fenômeno para podermos voltar a determinar nossa conduta de modo autoconsciente e autocontrolado.

Longo é, freqüentemente, o tempo exigido para que nos deixemos sensibilizar pelo objeto de modo que a forma que, provavelmente, seja mais propícia para representá-lo se manifeste com alguma clareza. Deixando-nos penetrar por tal forma, caso ela ocorra, podemos então levantar uma primeira hipótese de que, se o objeto que nos atrai for efetivamente representável por aquela forma, poderemos a ele atribuir as propriedades dela decorrentes e determinar nossa conduta diante dele, seguindo os passos por ela determinados.

Ciência é, pois, um programa de conduta que antecipe, com base na forma sugerida, a experiência desejada e possível do objeto. Caberia aqui procurar explicitar uma afir-

mação tão concisa. O desejo do objeto é o móvel da conduta e a razão pela qual assumimos a árdua tarefa de planejar o futuro (cf. CP 2.227). A possibilidade antecipadamente garantida de alcançarmos o objeto, por sua vez, decorre de duas fontes: a possibilidade lógica de representação do objeto, devido à forma construída segundo regras de consistência, e o caráter observável experimentalmente das conclusões decorrentes daquela forma. Em tal construção formal, Peirce reconhece o caráter de diagrama. Seu grau de abstração e seu respeito às exigências lógicas e experimentais conferem ao diagrama assim construído um caráter geral, validando-o para qualquer caso análogo àquele que está presentemente sendo considerado. A generalidade da construção diagramática confere-lhe publicidade, pois a torna compartilhável por toda mente que quiser reconstruí-lo. Seu caráter público faz da ciência uma atividade social, da qual todo investigador compartilha e para a qual contribui (cf. CP 4.531).

A Lógica, na concepção de Peirce, não depende da convicção que pode produzir na mente que assevera. Para Peirce, o pensamento não é algo que decorre do sujeito, sendo por ele causado, mas o sujeito, sim, é que se encontra em pensamento e o expressa.

Nada, porém, substitui o caráter pessoal e intuitivo que se encontra na origem de todo conhecimento, se a este considerarmos como busca da verdade e formação de um hábito cada vez mais aprimorado de conduta. O pensamento, sob este último aspecto, submete-se à Ética e, por meio dela, à própria Estética (cf. CP 5.129-137; 6.450).

Embora não dependa de nós na instauração da verdade, mas tão-somente do caráter racional que lhe é intrínseco, o pensamento como ato de um sujeito guarda uma dimensão subjetiva de convencimento que só tem lugar na experiência.

Insistindo no caráter eminentemente ético do pensar e na própria admirabilidade estética de que o objeto é dotado para mover-nos a conhecê-lo, Peirce irá afirmar que a própria demonstração matemática supõe uma percepção subjetiva para convencer o sujeito da verdade que produz (cf. CP 4.148).

Como ciência eminentemente formal, a Matemática, a partir das hipóteses que formula, construirá diagramas cujas partes mutuamente se relacionem em perfeita isomorfia com as idéias representadas. Tal distinção, com efeito, nem sequer poderia ter lugar, uma vez que, na estrita busca de conclusões verdadeiras (cf. CP 4.227-307), em Matemática idéia e forma não se distinguem, e os signos que produz têm por único objeto sua própria construção (cf. CP 1.54).

Em todo diagrama, ou passando de um diagrama a outro, somente manter-se-á a força demonstrativa e a sustentação do raciocínio se o intérprete da argumentação “vir” alguma coisa, de caráter genuinamente relacional, que seja de natureza geral. Por melhor que o diagrama represente as relações, a exigência de que se “veja” a idéia geral que se pretende demonstrar permanece a mesma, talvez facilitada pelas condições oferecidas para tal visão (cf. CP 4.148).

Com esta exigência de “visão” de uma relação geral, pela observação de uma construção particular e sensível, chega-se à origem fenomenológica e subjetiva de todo raciocínio, ou seja, ao fato perceptivo e ao juízo que o faz adentrar no domínio lógico, a saber, o nível da consciência e do autocontrole. Na percepção, considerada conjuntamente com o juízo perceptivo, o sensível e o lógico se tornam, apesar de distintos, inseparáveis.

O acesso ao sensível, para Peirce, apresentará sempre uma dupla face: será imediato ao permitir, por via da espontaneidade subjacente a todo fenômeno, que a mente

a ele se abra na forma de uma “contemplação desinteressada”, a admirabilidade originária oferecida pelo fenômeno propicia a primeira atração da conduta pelo objeto. Contudo, adentrando-se no domínio da representação, a semiose tem início em qualidades, as quais, tendo por substratos existentes, determinam para uma mente um signo de potencialidade, potencialidade esta que é representada pela qualidade em relação a qualquer objeto que dela compartilhe.

Possuindo a natureza de leis, os signos gerais pressupõem réplicas sensíveis que, interagindo ou podendo interagir com exemplares igualmente sensíveis dos fenômenos gerais, associando-se em nível eidético no âmbito da imaginação, constituem-se no percepto, pelo qual, já em sua plena generalidade, a mente, devido à imagem nela suscitada, será convidada, ou, quando pela força do argumento, urgida (*urged*) a produzir o conceito. Desse modo poderá afirmar o texto peirceano, ao conceituar a classe dos Símbolos Remáticos:

Um Símbolo Remático, ou Rema Simbólico [por exemplo, um substantivo comum], é um signo conexo ao seu Objeto por uma associação de idéias gerais, de tal modo que sua Réplica suscita uma imagem na mente, imagem a qual, devido a certos hábitos ou disposições daquela mente, tenda a produzir um conceito geral, e sua Réplica será interpretada como um Signo de um Objeto que é uma instância [sensível] daquele conceito. (CP 2.261)

Alcança-se, portanto, o âmbito da generalidade, pela própria inserção da percepção na continuidade do pensamento, propiciando, por meio de hipóteses e das deduções decorrentes de sua observação, a formação de hábitos de pensamento. Sem nada perder de sua originalidade, o aflorar da representação na consciência já ocorre porque a rede de mediações do pensamento está ativada e a integra no contínuo interpretativo da experiência. O geral, portanto, apresenta-se como uma realidade e não depende da particularidade da experiência, embora só se apresente à mente no embate de suas réplicas, de natureza sensível, com alguma manifestação igualmente sensível do objeto representado.

Se a convicção resultante da demonstração matemática depende originalmente de um juízo perceptivo, tanto mais se diga do conhecimento de fenômenos que em sua existência e possibilidade independem das representações que possam ser feitas.

Com efeito, a Matemática, na perspectiva peirceana, tem por objeto simples idealidades de natureza estritamente formal. Antecede, pois, à consideração de uma possível experiência, conferindo a forma para toda e qualquer representação do universos dos fenômenos.

A questão da existência do objeto, mesmo que meramente possível, não se coloca para a Matemática. Mesmo assim, somente se faz matemática experimentando-se esse fazer. Para a Matemática, o acesso ao objeto exigirá um esforço abstrativo com base em construções perceptíveis. Segundo Peirce, a Matemática supõe a observação de diagramas construídos no nível da imaginação e com algum sustentáculo sensível, para que se infiram relações ideais (cf. CP 1.54; 4.611; 6.595).

¹ O caráter geral da presente comunicação reserva às ciências especiais a consideração dos possíveis graus de atração exercida pelo objeto ou das condições psicológicas e sócio-culturais em que empiricamente as motivações do conhecimento têm lugar.

Os fenômenos propriamente ditos, aqueles que nos aparecem e atraem desde o exterior ou de um quase-exterior, mas que não são construídos no ato de representá-los, exigem muito mais ainda que sejam observados para que alguma representação possa deles ser levada a efeito. Para percebê-los e, portanto, podermos iniciar qualquer processo de representação, supõe-se que os admiremos e nos deixemos ser por eles atraídos. Desde seu acesso ao limiar da consciência, ao insistirem com sua presença diante de nós, iniciamos um processo de figurá-los e compará-los com os hábitos representativos já por nós adquiridos. Tais hábitos não necessitam ter sido produzidos conscientemente, ou, mesmo, ter tido origem em alguma experiência feita por nós individualmente. Os hábitos são compartilhados com a espécie e com o meio e para sua consolidação todos colaboramos.

Quanto mais incomum, singular e admirável for o fenômeno, mais exigirá que elaboremos novos signos para representá-los. Seremos solicitados a rever os hábitos e a verificá-los em sua capacidade de dirigir nossa conduta em direção ao objeto. Temos de romper preconceitos e exercer nossa capacidade poética. Interpretando-os à luz de novos signos ou de signos que, mesmo antigos, são no momento renovados, encontramos diante de nós três grandes vertentes para a determinação da conduta. Acentuando-se a novidade do signo proposto e, por consequência, a desconstrução de hábitos já adquiridos, terá lugar especialmente a atividade poética. A conduta então determinada será predominantemente afetiva e voltada para a pura admiração.

Caso o novo signo se insira em hábitos já adquiridos, renova-os dando, contudo, prosseguimento aos processos de generalização que determinam condutas segundo programas, para que, no futuro, o objeto seja alcançado com maior segurança. Predominam, nesse caso, as funções lógicas e públicas, determinando-se a conduta publicamente reconhecida como científica.

No entanto, cabe sempre notar que os fenômenos, quanto mais se impuserem a nós, mais reforçarão seu caráter de estranheza e mais solicitarão que diante deles nos posicionemos. Se a admiração nos envolve plenamente, somos levados a manter-nos em uma atitude receptiva, deixando-se vibrar qualidades de sentimento das quais com eles participamos. Impondo-se sua presença como um fato de existência, nossa resposta a eles corresponderá quer ativamente, a eles nos contrapondo num esforço de contê-los, atraí-los, evitá-los ou dirigi-los, quer passivamente, deixando-nos ser por eles tomados e dirigidos.

Num jogo bruto de ação e reação não cessa, contudo, um processo efetivamente interpretativo da experiência. O momento da interpretação manifesta o que Peirce denominou semiose. Somos levados a conferir significado ao fenômeno e a tomar posse de um caminho pelo qual poderemos no futuro interagir com ele, e a outros ensinar a fazê-lo. Essa é a dimensão lógica da determinação da conduta, por meio da qual nos integramos à tradição e colaboramos como agentes culturais. Seremos, então, capazes de perpetuar uma experiência no contínuo do tempo.

A experiência estética poderá ser revivida. A ação poderá ser reatualizada. E o conhecimento realizar-se-á como expressão evolucionária de uma comunidade que caminha em vista do que se lhe oferece como objeto de desejo e realização.

Essa concepção de conhecimento, à primeira vista pode nos parecer pecar por um ingênuo otimismo. Logo nos vêm à mente as divergências entre os homens e a pouca esperança de que um encaminhamento em direção a um ideal comum se efetive. Peirce não desconhece tais percalços, mas crê no destino do pensamento e da

racionalidade concreta que permeia todo o real. Diante da precariedade do cotidiano, não desanima em elevar-se a considerar a dinâmica interna que leva o cosmos a crescer em perfeição. Talvez os homens se confundam em sua mesquinhez e, devido a ela, e por se considerarem presunçosamente o centro do universo, desanimem-se e infiram que por sua causa ele perca irreparavelmente algum traço de sua perfeição.

Em primeiro lugar, vale insistir, para Peirce, o pensamento não é propriedade privada de ser algum e atributo privilegiado da espécie humana. Nós estamos em pensamento e ao estarmos nele, seguimos seu destino. Em segundo lugar, não conhecemos tudo que somos e tudo com que contribuimos para que se alcance tal destino. Finalmente, deve-se ter em mente que a Filosofia, para Peirce, inclusive a Semiótica, não tem por objeto este ou aquele modo particular de ser, mas como devem ser os signos para uma mente capaz de aprender com a experiência e dirigir-se, de modo falível, é verdade, mas efetivamente para um fim incondicionalmente admirável e digno de plenamente satisfazê-la.

Referência Bibliográfica

PEIRCE, C.S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. by: C. Hartshorne & P. Weiss (v. 1-6); A. Burks (v. 7-8). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58. 8 v. [As referências seguem a seguinte convenção: CP, correspondendo a *Collected Papers*, seguido do número do volume e, após um ponto, do(s) número(s) do(s) parágrafo(s).]